



## Mobilização duradoura de cidadãos voluntários evidencia a necessidade de se repensar modelo de administração pública

Cristiane Miglionanza / 4 de julho de 2024 / Reportagens

**Política pública | Iniciativa comunitária foi imprescindível no período caótico resultante da enchente. No entanto, a demanda contínua pela atuação prolongada de voluntários e voluntárias aponta a fragilidade da estrutura estatal, que delega seus serviços a instituições privadas**

\*Foto: Voluntários atuam na limpeza da sede Oi Nós Aqui Traveis (Crédito: Fábio Dutra)

Desde o final de abril de 2024, o Rio Grande do Sul tem vivenciado os efeitos de uma das maiores catástrofes climáticas de sua história. Conforme [monitoramento dos impactos das chuvas](#) pela Defesa Civil-RS, do total de 497 municípios no estado, 478 foram diretamente atingidos. Quase 2,4 milhões de pessoas foram afetadas e mais de 420 mil se viram desabrigadas. Até 1.º de julho, o monitoramento registrava 179 óbitos confirmados e 33 pessoas desaparecidas.

A calamidade e o enorme contingente de refugiados climáticos motivaram ações solidárias no Brasil e no exterior. Milhares de voluntários se envolveram ativamente em resgates, na criação e manutenção de abrigos, nos levantamentos de doações e mutirões de limpeza, entre diversas iniciativas humanitárias. Uma mobilização espontânea que se manteve para muito além das primeiras 24 horas, consideradas 'momento de emergência', e que já vem dando sinais de esgotamento. Muitos ainda são os apelos por ajuda voluntária em abrigos e cozinhas solidárias. O mesmo ocorre com os pedidos de doações de alimentos, itens de higiene, limpeza, vestuário e produtos veterinários.

Em um cenário de despreparo dos governos estadual e municipais, a auto-organização comunitária fez emergir o sentimento de "o povo pelo povo" como um lema cada vez mais reforçado e compartilhado nas redes sociais. Embora a sensação de desamparo seja real, para especialistas a ideia de que o Estado é um conceito ultrapassado é uma ilusão prejudicial. De acordo com o professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) Eduardo Dullo, as pessoas ainda confundem Estado com governo.

*"O governo é temporário. O Estado permanece. O que calamidades como a que estamos vivendo colocam em evidência é a necessidade de se pensar políticas de Estado. Ainda mais porque as mudanças climáticas não podem ser mais ignoradas nem negadas"*

— Eduardo Dullo

O docente é autor do livro *A Horizon of (Im)possibilities: A Chronicle of Brazil's Conservative Turn*. Organizada em conjunto com a antropóloga Katerina Hatzikioti, a obra analisa os impactos de fenômenos recentes no Brasil, entre eles a ascensão da extrema direita e a crise climática.

Aragon Dasso Jr., professor da Escola de Administração da UFRGS e líder do Grupo de Pesquisa em Estado, Democracia e Administração Pública (GEDAP), explica que a administração pública é o braço administrativo do governo. "Quando o governo começa a implementar um modelo de Estado, projeta um perfil de administração pública mais ou menos robusta, mais ou menos prestadora de serviço." O docente identifica no cenário de catástrofe anunciada no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Porto Alegre dois governos ultraliberais com um discurso de desmonte da máquina pública.

"Para apresentar essa ideia de desmantelamento como algo positivo, esses governos se utilizam de eufemismos como 'desestatização' em vez de 'privatização'. Isso dificulta a compreensão do modelo de Estado que estão implementando. Trata-se de um modelo privatista, que cada vez mais delega os serviços públicos a instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, sejam esses serviços de infraestrutura, concessões, permissões ou administrações. As que têm fins lucrativos cobram tarifas do cidadão, chamado então de usuário ou cliente." O pesquisador chama à atenção para o fato de que concessões também são privatizações, mesmo que temporárias. "A lógica do privado prevalecendo sobre o público é o núcleo desses governos", acrescenta.

### "O povo pelo povo"

Dasso Jr. aponta o desmantelamento da administração pública como um dos elementos por trás da ideia de que o Estado, enquanto organização social, é inoperante. Para o pesquisador, o voluntarismo assume o papel da rede de proteção estatal a partir do colapso de serviços públicos que foram precarizados e que, por isso, não têm condições de responder à crise. "Se forma como uma rede de solidariedade, num primeiro momento espontânea. É a pessoa que entra na casa vizinha para tirar alguém em perigo. Ou seja, algo absolutamente altruísta, solidário, voluntário. Mas essa espontaneidade tem um prazo curto, uma duração curta. Ela é, inclusive, desejável em situações de emergência em que, por mais que se tenha uma rede estatal estabelecida, eventualmente se precise dessa ajuda comunitária", pontua.

O pesquisador destaca, no entanto, que esse tipo de mobilização é esperado no momento de emergência, que compreende as primeiras horas após o acontecimento de uma tragédia. Decorrido esse período, o esperado é que a administração pública assuma a situação. "A emergência mobiliza positivamente esse sentimento de comunidade, de solidariedade. Em um segundo momento, quando a tragédia se avoluma, a rede de proteção do Estado já deveria estar presente. De repente se passaram 48, 72 horas e ainda se tem que tirar gente das águas. Aí começam a vir pessoas de vários outros lugares do Brasil e do mundo, de outras cidades do Rio Grande do Sul, porque ainda é uma emergência. Se passa uma semana e temos gente se deslocando para cá, que chega aqui e ainda consegue tirar alguém de uma casa inundada. É insano pensar que isso é emergência", enfatiza.

*"O discurso do povo pelo povo aparece não de forma espontânea. Um cidadão que se lançou voluntariamente para ajudar fez isso porque não estava lá o bombeiro ou da Defesa Civil. Quando essa rede se apresenta, o voluntário dá um passo atrás por ter cumprido seu papel. No direito administrativo temos uma denominação para o que este cidadão fez, que é o chamado 'funcionário de fato'. É a pessoa que, numa emergência, se lança como se o Estado fosse, mas que sabe que é por emergência"*

— Aragon Dasso Jr.

Para o antropólogo Eduardo Dullo, a ideia de "o povo pelo povo" tem como aspecto positivo a mobilização cidadã. No entanto, obscurece os motivos que a fizeram insubstituível. "O ponto problemático é isso ser absolutamente essencial por não existir aparato governamental e estatal para dar conta da situação. Ou seja, se observamos apenas o lado positivo, deixamos de refletir sobre o motivo de uma mobilização duradoura de cidadãos voluntários ser absolutamente necessária."

Aragon Dasso Jr. ressalta que o discurso de que o Estado está em crise também é reforçado por formadores de opinião, como influenciadores digitais. "O Estado não está em crise. O que está é esse modelo ultraliberal. Só o Estado pode responder à crise. Mesmo nos países mais ultraliberais do mundo se estabelecem aqui empresas privadas querendo apoio financeiro e logístico do Estado", destaca. Para ele, a relevância de uma política estatal se fez muito evidente durante a pandemia de covid-19. "Foi quando o cidadão olhou para o SUS e disse 'Ainda bem que existe', porque se não o número de mortes seria de muito maior. Felizmente é uma estrutura de Estado que não foi completamente desmantelada."

A partir de um olhar antropológico voltado para as questões da política e da democracia, Dullo convida que se reflita sobre quem é esse "povo". "É interessante pensar quem é esta população. Se trata de uma ideia que encontra uma limitação porque há toda uma estrutura de instituições públicas, como a universidade, que está se colocando voluntariamente à disposição do Estado para conduzir a reconstrução do RS".

Para Aragon Dasso Jr., pensar que o abrigo da Esfêd se tornou uma referência explícita à importância da Universidade para a comunidade. "Se tem um conjunto de servidores públicos com uma expertise – e que a transmite em áreas diferentes e complementares –, associada a técnicas e a disciplinas que também carregam isso. Pessoas capacitadas e que se sentem responsáveis porque, em tese, têm uma vocação para o público. Esse poderia ser um modelo de referência para se ter em vários lugares, mas, na verdade, o que se deveria ter é um modelo criado pela própria Prefeitura, pelo próprio Governo do Estado, no qual a UFRGS atuasse como um apoio e não como um eixo central e essencial ao do conjunto da prestação direta. O que ocorre é o contrário: estamos prestando serviços de forma direta e localizada, em vez de sermos o grande apoio para redes instauradas", pondera.

A partir da experiência direta com o voluntariado junto aos desabrigados e em resposta à necessidade de diretrizes para organizar os espaços de acolhimento que vinham se multiplicando à medida que mais e mais pessoas necessitavam de refúgio, os integrantes do [Projeto Contraponto](#), da UFRGS, criaram um [guia](#) para a gestão de espaços de acolhimento de pessoas em situação de calamidade climática. Surgido das demandas encontradas no dia a dia dos abrigos, o material tem como objetivo auxiliar na concepção e gestão dos espaços que recebem desabrigados pela enchente, com foco no município de Porto Alegre.

"Nós identificamos vários problemas importantes na gestão desses espaços e nos perguntamos de que forma poderíamos ajudar. A partir dos conhecimentos técnicos de nossa equipe, compreendemos que poderíamos organizar um material técnico para auxiliar os membros da sociedade civil que realizam esse trabalho fundamental no momento que estamos vivendo", conta a doutoranda em Antropologia Social e vice-presidente do Contraponto, Fabíola de Carvalho Leite Peres. A construção contou com a colaboração de outras instituições universitárias, como o Youth Action Hub e o Centro Acadêmico de Administração Pública e Social da UFRGS.

Na catástrofe, os membros do Contraponto se envolveram de diferentes formas: atuando em abrigos, reunindo e repassando informações e arrecadando doações. "De forma geral, todos que atuaram como voluntários em abrigos iniciaram a atividade entre a primeira e a segunda semana de implementação de espaços como os do IPA, Centro Vida, CTG 35, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Esfêd e CIBA/Missão Pompeia. A maioria continua atuando, adaptando sua participação à disponibilidade de horários", informa Fabíola.

O guia foi enviado de Departamento de Serviço Social de Porto Alegre, que demonstrou interesse. "Nosso intuito sempre foi que o guia chegasse aos gestores do maior número de abrigos. Entendemos, portanto, que o contato com a Prefeitura seria importante para tal divulgação. De certo modo, foi admitido, por parte da Secretaria, que havia uma grande lacuna desse tipo de instrumento. O material seria de grande serventia para todos", explica.

O guia foi totalmente construído pelo corpo de voluntariado do Projeto Contraponto, composto por pesquisadores e universitários de áreas como Políticas Públicas, Antropologia, Biologia, História, Serviço Social e Engenharia Elétrica. Foi validado por diferentes parceiros, incluindo voluntários que têm atuado em locais de acolhimento. "Ou seja, o poder público não teve atuação na elaboração", afirma Fabíola. O material [possibilitou a organização](#) de vários espaços de acolhimento e auxiliou diversas iniciativas sociais.

### Sinais de esgotamento

Mesmo com a saída de muitas pessoas dos abrigos, seja pela possibilidade de retornar ao que restou de suas casas, seja por outros arranjos, como viver com familiares ou ainda deixar o estado, voluntários continuam a ser requisitados pelos serviços de apoio. Muitos dos que se disponibilizaram nas primeiras semanas deixaram de atuar seja pela necessidade de retorno a suas atividades cotidianas, seja por questões de saúde física e mental. Teve ainda quem viu a si próprio entre os diretamente atingidos pela enchente.

Eduardo Dullo aponta a falta de uma regulamentação trabalhista em caso de catástrofe climática na legislação brasileira. "O capitalismo exerce pressão tanto sobre voluntários, que são pressionados pelos empregadores a abandonar suas atividades de prestação de serviço, quanto sobre abrigados, sobre quem a pressão é ainda mais desumana."

Dasso Jr. também aponta a necessidade de políticas públicas e, mais contundentemente, para o questionamento do modelo de alocar recursos. "Cada vez mais nós vamos enxergar isso porque não há mais risco ambiental, há certeza de dano ambiental. Situações como essas que aconteceram em setembro de 2023 em uma parte do Rio Grande do Sul e agora em maio de 2024 vão se repetir, não se trata de um exercício de futurologia. É a ciência que está dizendo. Não devemos esperar um outro ciclo de 80 anos como o da enchente de 1941 para a de 2024. Quem sabe neste ano ainda, neste estado e neste país", pontua.

*"Então, se for mantida essa desestrutura de modelagem do Estado, observaremos as mesmas situações. Por isso entendo que o discurso do 'povo pelo povo' é um slogan oportunisto, porque não é um povo pelo povo que se financia com o caos social. São pessoas jurídicas, entidades com ou sem fins lucrativos que têm proprietários e para as quais esse modelo de Estado transfere serviços"*

— Aragon Dasso Jr.

### O voluntariado descartado e o fenômeno da onguização

O guia elaborado pelo Projeto Contraponto foi uma resposta emergencial aceita pela administração pública como providencial no momento de crise. No entanto, como enfatizam Dullo e Dasso Jr., quando se trata de incluir a universidade pública – enquanto instituição da ciência que atua voluntariamente – nas propostas de reconstrução das cidades e do estado, a opção continua sendo recorrer a consultorias e organizações privadas.

Eduardo Dullo sugere que se olhe para a ideia de um voluntariado não desejado. "É o caso da oferta de um planejamento para a recuperação após a enchente por parte da UFRGS e que foi preterido pela Prefeitura de Porto Alegre, que optou por uma consultoria privada." O antropólogo ressalta que, ainda que em um primeiro momento essa consultoria privada seja gratuita, ela se beneficia de uma troca econômica que não é pecuniária em si, mas que envolve dados e informações. "As universidades são um tipo de voluntário disposto a fazer o que é necessário, que possui conhecimento e pesquisa para propor soluções e alternativas, que está inserida na comunidade, conhece sua realidade geográfica, econômica e social. Um trabalho voluntário que o governo não quer. Ela é aceita enquanto um espaço de acolhimento dos refugiados climáticos temporários, mas, para além disso, não."

Dasso Jr. reflete sobre a progressão das redes de vínculos comunitários para as redes profissionais que assumem a coordenação dos serviços de apoio voluntários. "Após quatro, cinco dias, uma semana, vemos não mais a solidariedade. Entram as redes profissionais que atuam na exploração do social, aquelas ONGs, entidades privadas e sem fins lucrativos. Os profissionais que vivem disso e transformaram em um negócio, que têm empregados, que começam a atuar a partir da captação de recursos, de termos de fomento, acordos de cooperação com a Administração Pública. Mas que também aproveitam esse cenário para receber doações. Muitos destes atuaram em Brumadinho, Mariana."

Para o especialista em administração e políticas públicas, é nesses momentos que se mostra evidente o papel da ciência através das suas instituições. "É para isso que a universidade pública existe, para a ciência, para o ensino, pesquisa e extensão. Não só na lógica de prestação de serviços, mas na de troca de saberes. Temos um ponto de vista desse debate que não é só científico. Ele é político, por óbvio. Enfim, somos encarregados da ciência. Quando se mostra que as privatizações de serviços essenciais não deram certo em lugar algum no mundo e que as reestatizações são um modelo que já vem sendo implementado em vários lugares, estamos nadando contra essa maré. Me gera uma inquietude, um incômodo, olhar para as nossas principais lideranças, notadamente governador e prefeito, em um discurso de 'precisamos de ajuda'. Precisamos de lideranças eleitas que apontem o caminho, e não que façam consultas de responsabilidades. Aí, no meio desse caos, a Universidade afirma 'Estamos aqui', e os governantes vão lá e contratam consultorias gastando o dinheiro público", reforça.

Segundo ainda Dasso Jr., o fenômeno da onguização desvirtua o papel da sociedade civil. "O meu receio é que a gente caia na armadilha de ampliar essas redes privadas, que o voluntarismo se amplie como regra. Se pode aceitar o voluntarismo numa situação de emergência, mas não como uma regra. Há também a questão da atividade voluntária que tira empregos. Podemos olhar como exemplo a Copa do Mundo no Brasil em 2014. Há dez anos havia um monte de gente trabalhando de forma gratuita para FIFA, que é uma entidade privada. Que fornecia um lanche, um certificado de participação e um colete. Era para ter contratado trabalhadores brasileiros", finaliza.

### :: Posts relacionados



O debate sobre o gerenciamento de recursos hídricos

O sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre

De volta à rotina após as enchentes

Microcontaminantes orgânicos na água de abastecimento em meio à atual catástrofe climática

### :: ÚLTIMAS

Corredores ecológicos entre áreas preservadas são essenciais para a manutenção da biodiversidade

Apoio geotecnológico nas encostas do Rio Grande do Sul

Equilibrando-se na tempestade: resiliência, resistência, adaptação

Avaliação postural em evidência

Gênero, sexualidade e raça no contexto do Pole Dance

Carta aos leitores | 11.07.24

Carta aos leitores | 04.07.24

Mobilização duradoura de cidadãos voluntários evidencia a necessidade de se repensar modelo de administração pública

Energias renováveis e mudanças climáticas

Os impactos das inundações nos museus de Porto Alegre e no direito à cidade